

**SOBRAL****PREFEITURA**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
E GESTÃO

---

**PARECER JURÍDICO**

---

**PARECER JURÍDICO N° 090/2023****PROCESSO ADMINISTRATIVO N° P236170/2023****OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRÁFICOS DIGITAL E OFFSET (CARTAZES, CONVITES, ENVELOPES, PASTAS, FAIXAS, CARTÕES DE VISITA, ENTRE OUTROS), ALÉM DE IMPRESSÃO DE MATERIAIS E DISPONIBILIZAÇÃO DA VERSÃO DIGITAL DOS ARQUIVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.****SOLICITANTE: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG).**

---

**RELATÓRIO**

---

Trata-se de procedimento licitatório, encaminhado pela Coordenadoria de Gestão das Aquisições Públicas Corporativas da Secretaria do Planejamento e Gestão a esta Coordenadoria, para a devida análise de ordem processual e a competente adequação de cunho jurídico, cujo objeto é o *Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de materiais gráficos digital e offset (cartazes, convites, envelopes, pastas, faixas, cartões de visita, entre outros), além de impressão de materiais e disponibilização da versão digital dos arquivos, conforme especificações constantes no Termo de Referência.* Neste sentido, observou-se o seguinte:

O presente processo trata-se de Licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MELHOR PREÇO POR LOTE**, com fornecimento **POR DEMANDA**.

A matéria é trazida à apreciação jurídica para cumprimento do parágrafo único, do artigo 38 da Lei n° 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como do inciso IX do artigo 8° do Decreto Federal n° 10.024/2019 e do inciso IX do artigo 20 do Decreto Municipal n° 2.344/2020.

---

**DO EXAME**

---

No aspecto formal, visualiza-se que o processo administrativo está devidamente protocolado<sup>1</sup>. Verifica-se também que há solicitação elaborada pelo agente competente.

Nota-se que não há nos autos o compromisso de orçamento, já que o Decreto Federal n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em seu art. 7°, §2° e o Decreto Municipal n° 2257, de 30 de agosto de 2019, em seu art. 14, §2°, dispensam a necessidade de indicar a dotação orçamentária no registro de preço, mas ressalvam sua necessidade na formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Respeitando o princípio da economicidade, nos termos previstos no artigo 3°, inciso XI, do Decreto n° 10.024/2019, encontramos nos autos a pesquisa de preços correntes no mercado<sup>2</sup>, obtida através de orçamentos das empresas CARLOS EDUARDO S. MELO ME [MELLO SERVICOS] – CNPJ n° 16.889.821/0001-60, E. X. COMERCIO DE PAPELARIA LTDA

---

<sup>1</sup> Arts. 4°, parágrafo único, art. 38 e art. 60, *caput*, da Lei n° 8.666/1993

<sup>2</sup> “Faça constar dos processos licitatórios, inclusive, quando for o caso, os de dispensa e inexigibilidade, os elementos previstos no art. 7° e no art. 38, ambos da Lei no 8.666/1993, dentre eles: projeto básico; indicação dos recursos orçamentários destinados a licitação; pesquisa de preços, pareceres técnicos e extrato de publicação dos avisos contendo os resumos dos editais e do contrato”. (TCM-CE. Acórdão 4104/2009 Segunda Câmara).



[COMERCIAL NORTE] – CNPJ nº 25.148.576/0001-21, K. L. SERVICOS E SERIGRAFIA LTDA – CNPJ nº 01.915.181/0001-49, M L DA SILVA LOBO [GRÁFICA E EDITORA CANINDE] – CNPJ: 13.110.321/0001-90, PONTUAL COMUNICACAO VISUAL LTDA – CNPJ: 20.608.361/0001-22, e SOGRAFICA SOBRAL GRAFICA LTDA [SOBRAL GRAFICA E EDITORA] – CNPJ: 00.200.508/0001-33.

As peças processuais até o presente momento carreadas aos autos compreendem: C.I nº 015/2023 – CGAPC/SEPLAG e seu Anexo – Justificativa; Justificativa para o Agrupamento de Itens em Lotes; Justificativa para o não Tratamento Diferenciado de Empresas dado pela Lei Complementar nº 123/2006; Termo de Referência e seu Anexo A – Matriz de Risco; Propostas das empresas CARLOS EDUARDO S. MELO ME [MELLO SERVICOS] – CNPJ nº 16.889.821/0001-60, acompanhada de impresso de e-mail com solicitação de orçamento encaminhada pela CGAPC, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral e Consulta ao Quadro de Sócios e Administradores – QSA; E. X. COMERCIO DE PAPELARIA LTDA [COMERCIAL NORTE] – CNPJ nº 25.148.576/0001-21, acompanhada de impresso de e-mail com solicitação de orçamento encaminhada pela CGAPC, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral e Consulta ao Quadro de Sócios e Administradores – QSA; K. L. SERVICOS E SERIGRAFIA LTDA – CNPJ nº 01.915.181/0001-49, acompanhada de impresso de e-mail com solicitação de orçamento encaminhada pela CGAPC e de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral; M L DA SILVA LOBO [GRÁFICA E EDITORA CANINDE] – CNPJ: 13.110.321/0001-90, acompanhada de impresso de e-mail com solicitação de orçamento encaminhada pela CGAPC e de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral; PONTUAL COMUNICACAO VISUAL LTDA – CNPJ: 20.608.361/0001-22, acompanhada de impresso de e-mail com solicitação de orçamento encaminhada pela CGAPC e de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral; SOGRAFICA SOBRAL GRAFICA LTDA [SOBRAL GRAFICA E EDITORA] – CNPJ: 00.200.508/0001-33, acompanhada de impresso de e-mail com solicitação de orçamento encaminhada pela CGAPC e de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral; Mapa Comparativo; Anexo – Mapa Comparativo (Justificativa de Preços); Minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos: I – Termo de Referência, II – Carta Proposta, III – Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor, IV – Minuta da Ata de Registro de Preços e seu Anexo Único (Mapa de Preços da Prestação de Serviços), V - Minuta do Contrato, VI – Modelo de Declaração de Autenticidade dos Documentos; Despacho da Autoridade Superior e Justificativa para Opção pelo Rito Previsto na Lei Federal nº 10.520/2002 para Formalização da Contratação; e C.I. nº 057/2023 – CGAPC/SEPLAG, solicitando a emissão de Parecer Jurídico acerca do pleito.

Nesse passo, o Processo em evidência teve o seu trâmite normal.

É o relatório.

Passa-se a opinar.

### DA FUNDAMENTAÇÃO

*Prima facie*, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do art. 133 da Constituição Federal, incumbe a esta Coordenadoria Jurídica manifestar-se sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pela autoridade máxima do órgão, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.



## I - Do Cabimento da Modalidade Pregão.

O Decreto Municipal de nº 2.344, de 03 de fevereiro de 2020, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Municipal, a licitação do tipo Pregão nas modalidades Presencial e Eletrônica, traz em seu conjunto normativo as seguintes disposições:

Art. 2º - Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, podendo ser realizada de forma presencial com apresentação de propostas de preços, escritas e lances verbais, **bem como na forma eletrônica, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet. (grifo nosso)**

Art. 8º - As aquisições realizadas por meio da modalidade Pregão dar-se-ão mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação, sob a denominação de Pregão Eletrônico, salvo nos casos de comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem na realização da forma eletrônica, a ser justificada pela Autoridade Competente hipótese em que será adotado o Pregão Presencial.

§1º O sistema utilizado no Pregão Eletrônico será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

§2º Para a realização do Pregão Eletrônico, poderão ser firmadas parcerias, mediante convênio ou congêneres, com instituições federais, estaduais, municipais, financeiras e bolsas de mercadorias ou de valores visando obter o apoio técnico e operacional necessário.

O Município de Sobral, seguindo as diretrizes do Governo Federal e Estadual, instituiu este procedimento no âmbito local, com o intuito de observar o princípio da moralidade e eficiência administrativa, expressos no art. 37 da Constituição Federal. Como se vê, o fim almejado pela norma é a ocorrência de ampla publicidade e competitividade no procedimento licitatório, concedendo a todos os interessados a oportunidade de participar do certame. Com este procedimento, a administração obtém o resultado almejado, pois poderá adquirir dentro de sua conveniência o melhor produto, com o menor preço, já que o Pregão é realizado em grande quantidade de produtos.

No tocante à escolha da modalidade Pregão, os fundamentos estão assentados em dois fatores: (1) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um bem ou um serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto Municipal nº 2.344 de 03 de fevereiro de 2020; e (2) a necessidade de se contratar aquele que pedir o menor valor pelo bem ou serviço, dentro dos parâmetros objetivamente fixados no edital.

Pregão é modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002 e disciplinado no Município pelo Decreto Municipal nº 2.344 de 03 de fevereiro de 2020, restrita à contratação de bens e serviços comuns<sup>3</sup>, com disciplina e procedimentos próprios, visando acelerar o processo de escolha de futuros contratados da administração em hipóteses determinadas e específicas, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/1993.

Logo, em virtude da descrição objetiva do edital, da descrição do objeto a ser adquirido através do Termo de Referência, bem como da verificação de uma média mercadológica, infere-se que o objeto da presente licitação pode ser considerado "bem ou serviço comum".

No caso em apreço, o valor médio da contratação importa em uma quantia de **R\$ 1.068.048,50 (um milhão, sessenta e oito mil, quarenta e oito reais e cinquenta centavos)**,

<sup>3</sup> Lei nº 10.520/2002, Art. 1º, Parágrafo único: "Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

obtida através de pesquisa de mercado. Como o Pregão é modalidade de licitação para a aquisição de bens e fornecimento de serviços comuns, independentemente do valor estimado, percebe-se que este certame licitatório é compatível com o objeto da presente licitação.

Vislumbra-se que o presente feito está a manter perfeita sintonia com as exigências legais estabelecidas pela Lei de Licitações, nº 8.666/93, bem como pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 10.024/2019 e pelo Decreto Municipal nº 2.344/2020, que regulamentam o Pregão, *in casu*, **Pregão Eletrônico**, que é uma das mais céleres e eficazes modalidades, levando em consideração as peculiaridades legais inerentes.

Tais definições encontram-se presentes tanto no aspecto do valor do objeto, bem como no que diz respeito às condições que deverão constar expressamente no edital, na conformidade do que preconiza o artigo 40 da Lei Federal nº 8.666/1993.

## II - Do Cabimento do Sistema de Registro de Preços.

O Sistema de Registro de Preços está previsto no artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/1993, que prevê os procedimentos básicos a serem realizados para a sua realização e a necessidade de regulação através de Decreto.

Conforme se depreende da leitura do Decreto Federal nº 7.892/2013, entende-se por sistema de registro de preços, o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras, formando, assim, uma espécie de banco de dados de propostas, para que, surgindo a necessidade de contratação, o ente público se utilize desse banco, economizando tempo e tornando mais célere seu suprimento de recursos materiais.

Dessa forma, da leitura do artigo 2º, inciso I do Decreto Federal nº 7892/2013, compreendemos a intenção do dispositivo legal:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

Como forma de regular o procedimento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de Sobral, foi lançado o Decreto Municipal nº 2.257, de 30 de agosto de 2019, que nos traz a seguinte definição:

Art. 3º Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços (SRP) nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Portanto, quanto ao Sistema de Registro de Preços, este é cabível para qualquer objeto, seja ele compra, serviço, locação ou obra, desde que esteja presente o seu pressuposto lógico: a incerteza em relação à demanda, seja quanto ao momento da sua ocorrência ou à sua efetiva quantidade, em atendimento aos dispositivos legais existentes e ao interesse público. Assim,



procede-se seu uso como a melhor forma de suprir materialmente o município, assegurando a colheita da melhor proposta e a contratação em tempo hábil.

### III - Da Análise da Minuta do Contrato.

A minuta do contrato segue as determinações gerais contidas no edital. Todos os procedimentos determinados pela Lei nº 8.666/93 foram observados e todos os requisitos nela prescritos obedecidos. Assim, o ato não apresenta qualquer defeito em seus elementos de validade, razão pela qual, após detida análise, entendemos pela compatibilidade dos textos das minutas já citadas com o instituído no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, inciso XX do art. 72 da Lei Orgânica do Município de Sobral, bem como com as recomendações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Ressalva-se da análise deste parecer a pesquisa de preços para o estabelecimento de limites máximos, a qual fica adstrita à decomposição do setor técnico solicitante competente.

Salienta-se que este parecer é meramente opinativo<sup>4</sup>, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista que o prosseguimento do certame ficará adstrito às determinações das autoridades competentes.

### CONCLUSÃO

**ISTO POSTO**, por ser de lei, manifesta-se esta Coordenadoria **FAVORAVELMENTE** pela correta adequação jurídica inerente ao processo administrativo de nº **P236170/2023**, propondo, por conseguinte, o retorno dos autos à Coordenadoria de Gestão das Aquisições Públicas Corporativas da SEPLAG para que se providencie as medidas processuais ulteriores cabíveis, com o fim precípuo de cumprir o seu objeto.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Sobral/CE, 30 de maio de 2023.

  
**TAMYRES LOPES ELIAS**  
Coordenadora Jurídica - SEPLAG  
Respondendo - OAB/CE nº 43.880

<sup>4</sup> Advogado de empresa estatal que, chamado a opinar, oferece parecer sugerindo contratação direta, sem licitação, mediante interpretação da lei das licitações. Pretensão do Tribunal de Contas da União em responsabilizar o advogado solidariamente com o administrador que decidiu pela contratação direta: IMPOSSIBILIDADE, dado que o parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa. Celso Antônio Bandeira de Mello, "Curso de Direito Administrativo", Malheiros Ed., 13ª ed., p. 377. II. - O advogado somente será civilmente responsável pelos danos causados a seus clientes ou a terceiros, se decorrentes de erro grave, inescusável, ou de ato ou omissão praticado com culpa, em sentido largo: Cód. Civil, art. 159; Lei 8.906/94, art. 32. III. - Mandado de Segurança deferido. (STF. Mandado de Segurança nº. 30928-DF. Relator Ministro Carlos Velloso. 05 de novembro de 2002).